

O ABC do Mercado Voluntário de Carbono



**Capítulo 2:
Qual é o papel dos
governos no MVC?**

Capítulo 2: Qual é o papel dos governos no MVC?

Governos participam no mercado voluntário de carbono (MVC) instituindo políticas públicas, regulamentos e salvaguardas que influenciam as atividades do MVC, criam ambientes propícios que facilitam projetos ou programas do MVC e patrocinam projetos ou programas do MVC em seus territórios.

Quem regula o MVC?

O MVC é regido por padrões privados de carbono que definem as regras para a geração, monitoramento e certificação de reduções e remoções de gases de efeito estufa (GEE). As características privadas e voluntárias do MVC o distinguem de programas regulamentados de crédito de carbono, como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que exige que os desenvolvedores de projetos obtenham uma carta de aprovação da Autoridade Nacional Designada de um país para registrar um projeto do MDL.

O caráter privado do MVC o torna ágil e flexível. Ele permite que o MVC apoie a mitigação climática, a proteção da biodiversidade ou os objetivos de desenvolvimento sustentável, fornecendo financiamento para novas tecnologias, **soluções baseadas na natureza** (SbN) e outras atividades importantes de mitigação das

mudanças climáticas que não são total ou parcialmente cobertas por políticas públicas. No entanto, como qualquer outro investimento, os projetos do MVC também podem violar políticas públicas, particularmente quando as atividades desrespeitam os direitos das comunidades locais, ignoram princípios de boa governança ou não se alinham nem complementam os objetivos e regulamentações do setor público.

Empresas se engajam no MVC para reduzir e remover as emissões de GEE além das exigências públicas. No entanto, isso não significa que governos não tenham um papel a desempenhar na aceleração, canalização ou regulação dos investimentos no MVC. Governos podem instituir políticas, regulamentos e salvaguardas para orientar o desenvolvimento de projetos de MVC em seus territórios e atrair finanças benéficas ao MVC. Eles podem criar um ambiente propício para investimentos no MVC e incentivar ativamente investimentos em projetos ou programas que gerem créditos de carbono. Eles também podem se envolver diretamente no desenvolvimento de projetos e programas.

Embora o MVC seja regido por padrões privados, governos podem se envolver e se beneficiar do MVC. Os governos se envolvem com o MVC de duas maneiras principais:

como autoridades reguladoras nos "países anfitriões" onde as atividades de MVC ocorrem, e como investidores em atividades do MVC. Em todos os casos, governos podem fornecer segurança regulatória e política às transações de MVC, esclarecendo as regras de engajamento para o MVC.

Como os governos podem se envolver de forma proativa e estratégica com o MVC?

Países anfitriões podem **desenvolver estratégias** para se envolverem proativamente com o MVC. O engajamento estratégico pode atrair financiamento de carbono para apoiar as prioridades nacionais e minimizar os riscos de atividades do MVC mal projetadas. Ao desenvolver estratégias para o envolvimento no MVC, países anfitriões devem considerar suas necessidades financeiras específicas para implementação de suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs na sigla em inglês) e outras prioridades nacionais. Uma vez que os governos dos países anfitriões tenham esclarecido suas necessidades de financiamento da NDC, eles podem determinar o papel do MVC na entrega desse financiamento. Decidir sobre o papel que o MVC pode desempenhar no financiamento das metas da NDC envolve identificar áreas de mitigação das mudanças climáticas que não são ou não são suficientemente

cobertas por políticas públicas e tomar decisões sobre a oferta de **ajustes correspondentes nos termos do Artigo 6**.

Governos podem fornecer segurança regulatória e política às transações do MVC especificando as regras de engajamento para o MVC em seus países, declarando explicitamente que estão prontos para atrair e apoiar desenvolvedores e investidores de projetos e esclarecendo regras, regulamentos e salvaguardas relevantes. Os governos de países anfitriões podem estabelecer marcos legais e regulatórios para garantir que o MVC esteja operando com segurança jurídica e alinhado com as políticas públicas.

O MVC também influencia as políticas públicas e os mercados de cumprimento obrigatório e, em alguns casos, os programas voluntários de crédito de carbono interagem diretamente com os esquemas governamentais de precificação de carbono. As políticas de precificação de carbono da **Califórnia, Colômbia, Alemanha, África do Sul, Tailândia** ou **Reino Unido** são exemplos de governos que aproveitam as atividades do MVC para atingir suas metas climáticas. Na Colômbia e na África do Sul, por exemplo, empresas podem cumprir algumas obrigações referentes a impostos nacionais de carbono adquirindo créditos de carbono de projetos domésticos do MVC.

Quais são os papéis dos governos no MVC?

Governos podem alavancar o financiamento do MVC engajando-se no MVC como reguladores de programas, proponentes de programas ou facilitadores:

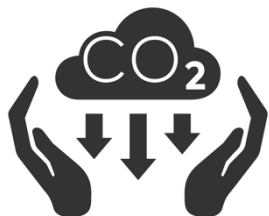


Como reguladores, governos podem definir padrões de performance ambiental e social ou salvaguardas que vinculem os desenvolvedores de projetos. Ambientes políticos estáveis e previsíveis reduzem os riscos de investimento e ajudam investidores privados a alinhar seus planos com políticas públicas. Esforços para combater corrupção, promover o Estado de Direito, reconhecer os direitos dos povos indígenas e das comunidades locais ([Pls&CLs](#)), e esclarecer direitos e títulos de propriedade facilitam o investimento privado em projetos no MVC. Quando governos atribuem e garantem direitos a terra recursos, ajudam a esclarecer **direitos de carbono** —definido como quem detém o direito de se beneficiar das reduções e remoções de emissões de gases com efeito de estufa — e facilitar esquemas de **distribuição de benefícios**.

A regulamentação governamental pode influenciar alegações corporativas em relação ao **uso de créditos de carbono**. Governos incentivam o uso de créditos de carbono de alta integridade desenvolvendo políticas como divulgações obrigatórias de requisitos de sustentabilidade, recusando propostas de proteção ou concessões a empresas que busquem minar a ação climática e esclarecendo e aplicando leis de posse da terra.

Finalmente, governos podem fornecer clareza sobre como as atividades do MVC serão consideradas de acordo com as leis e regulamentos do país, inclusive para os **ajustes correspondentes nos termos do Artigo 6** do Acordo de Paris. Embora alguns compradores estejam esperando ajustes correspondentes nos créditos no MVC, a disponibilidade dos ajustes correspondentes depende da vontade política e das habilidades técnicas dos países anfitriões do MVC. Governos podem reduzir a incerteza fazendo declarações públicas sobre se, e em que circunstâncias, é provável que forneçam ajustes correspondentes para transações no MVC. Essas declarações podem ser condicionadas à capacidade técnica do governo de fazer os ajustes correspondentes. Governos também podem limitar os ajustes correspondentes às partes das NDCs que estão condicionadas ao financiamento climático, opções de mitigação mais caras ou oferecer

ajustes correspondentes na condição de que recebam benefícios financeiros da venda de créditos de carbono em troca.



Como proponentes de programas, governos podem patrocinar projetos e programas do MVC. Em alguns países, agências públicas — como autoridades de parques nacionais (por exemplo, no caso de projetos florestais) ou municípios (por exemplo, no caso de projetos de gerenciamento de resíduos) — atuam como proponentes de projetos e usam o financiamento de carbono para apoiar investimentos públicos. Por exemplo, na Guatemala, a autoridade nacional de parques atua como proponente do **projeto GuateCarbon**, concedendo direitos de uso da terra a comunidades e organizações privadas que realizam exploração florestal sustentável e ajudam a monitorar a reserva.

O **Projeto de Resíduos Urbanos da Cidade de Daegu** na República da Coreia do Sul é um exemplo de um município atuando como proponente de projeto e o projeto de **Climatização de Habitações de Baixa Renda** no estado estadunidense do Maine é um exemplo de um governo subnacional atuando como proponente de projeto. Governos também podem apoiar programas

territoriais de grande escala na forma de programas jurisdicionais de Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal mais (**REDD+**) que geram reduções ou remoções de emissões de GEE em todas as paisagens. Se tais programas forem credenciados sob um **padrão de carbono** no MVC, os governos podem gerar e vender créditos a nível de programa no MVC. Programas jurisdicionais permitem que governos alinhem políticas públicas com as metas de REDD+ e acessem o financiamento de carbono diretamente. **REDD+** também oferece opções de crédito jurisdicional que exigem que os governos sejam os proponentes de tais programas. Os governos podem adotar **regras de aninhamento** que permitam a integração de projetos e programas subnacionais em programas nacionais de REDD+.



Como facilitadores, governos podem atrair e direcionar o financiamento do MVC. A maneira como governos se comunicam sobre o MVC e se envolvem com os atores do MVC influencia a confiança geral no MVC e incentiva ou desencoraja o desenvolvimento de projetos no MVC. Ao incentivar o desenvolvimento de projetos domésticos no MVC, governos podem usar o MVC para impulsionar o investimento em

atividades de mitigação das mudanças climáticas que são subfinanciadas, como tecnologias para cozinhar de forma limpa, desenvolvimento de fornecimento descentralizado de energia ou agroflorestas e outras [SbN](#).

Governos podem direcionar os fluxos financeiros do MVC para os setores ou políticas públicas prioritárias onde o financiamento é mais necessário, definindo critérios de engajamento e reconhecendo padrões, metodologias ou protocolos do MVC para setores específicos. Isso, aliado à publicação de informações e dados, aumenta a transparência e a eficiência do mercado. Além disso, governos podem manter registros para rastrear e monitorar créditos e projetos de carbono, demonstrando simultaneamente seu apoio ao MVC e aumentando a transparência das atividades relacionadas ao MVC em seus países.

Leitura adicional

Climate Focus & UNDP. (2023). VCM Access Strategy Toolkit. Retrieved from <https://vcmintegrity.org/wp-content/uploads/2023/05/VCM-Access-Strategy-Toolkit-1.pdf>

Streck, C., Dyck, M., Mithra Manirajah, S., & Fernandez Armenteros, M. (2022). Voluntary Carbon Market: Considerations for host countries. Retrieved September 28, 2023, from <https://climatefocus.com/publicatio>

[ns/voluntary-carbon-market-considerations-for-host-countries/](https://climatefocus.com/publications/voluntary-carbon-market-considerations-for-host-countries/)

Agradecimentos

Autores: Melaina Dyck, Charlotte Streck e Danick Trouwloon

Desenhista: Sara Cottle

Colaboradores: Leo Mongendre, Laura Carolina Sepúlveda e Theda Vetter

Tradutor para português: Alan Ichilevici de Oliveira

Data de publicação: Outubro de 2023

O ABC do Mercado Voluntário de Carbono (MVC) é apoiado pela Climate and Land Use Alliance (CLUA). Os autores agradecem aos revisores e parceiros que generosamente contribuíram com conhecimento e experiência para este manual.